

Repressão e 'operação limpeza' em Santa Catarina no limiar da Ditadura Militar

Clarissa Grahl dos Santos

clarissagrahl@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este artigo aborda as primeiras medidas repressivas levadas a cabo pela ditadura militar, bem como a situação de Santa Catarina no imediato pós-golpe. Atenta-se, sobretudo, aos funcionários públicos estaduais investigados por determinação do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, por meio da Comissão Estadual de Investigação, órgão criado no âmbito da Secretaria do Interior e Justiça e responsável por propor, frente ao Executivo estadual, a aplicação das sanções do referido ato a servidores públicos enquadrados como 'subversivos'.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Ato Institucional nº 1; Comissão Estadual de Investigação; funcionários públicos estaduais.

Abstract: This article discusses the first repressive measures out by the military dictatorship and the state of Santa Catarina in the immediate post-coup. Attentive, above all, civil servants investigated by determining the *Ato Institucional nº 1*, of April 9, 1964, by the *Comissão Estadual de Investigação*, a institution established under the *Secretaria do Interior e Justiça* and responsible for proposing, in front of the government, the sanctions of the referred act in the civil servants framed as 'subversives'.

Key-words: military dictatorship; *Ato Institucional nº 1*; *Comissão Estadual de Investigação*; civil servants.

Introdução

O golpe civil-militar de 1964 inaugurou o mais longo período ditatorial da história republicana brasileira: foram 21 anos de governo militar e 25 de eleições presidenciais indiretas. Diante da importância que o fenômeno teve para a memória e experiência política da sociedade brasileira, não parece incomum que a historiografia sobre o mesmo esteja em constante expansão, renovando temáticas, objetos, análises e revisitando antigas questões. A liberação de arquivos e as novas políticas de acesso à informação, embora ainda muito restritivas, tem motivado novos estudos, como aqueles acerca da repressão política, possibilitando que diferenças substanciais entre as diversas instituições criadas pela ditadura



sejam postas à luz.

A historiografia catarinense sobre a ditadura também tem sido ampliada de maneira significativa, contribuindo com o debate nacional por meio de diversas pesquisas originais e minuciosas quanto ao tratamento dispensado às fontes. Contudo, no que diz respeito ao campo de estudos sobre a repressão política, ainda encontramos certas lacunas no período do imediato pós golpe, tendo em vista que muitas das pesquisas que abordam o tema em Santa Catarina se avolumam sobretudo em dois eventos já da década de 1970: a Operação Barriga Verde (1975) e a Novembrada (1979).

O objetivo desse artigo, além de situar Santa Catarina no contexto do imediato pós golpe, é lançar um olhar às primeiras medidas repressivas advindas com a ditadura e fazer uma breve análise de como essas afetaram determinados setores da sociedade catarinense, atendendo-se aos servidores públicos investigados por determinação do Ato Institucional decretado no dia 9 de abril de 1964.

O corpo documental utilizado para a elaboração deste artigo é composto pelos processos de apuração de responsabilidades da Comissão Estadual de Investigação (CEI), órgão especialmente criado no âmbito da Secretaria de Justiça em 13 de abril de 1964 para investigar funcionários públicos que pudessem estar sujeitos aos dispositivos do Ato Institucional; por algumas matérias do jornal *O Estado*, utilizadas sobretudo como forma de medir a 'temperatura política' de Santa Catarina no alvorecer do novo regime; por decretos e legislações.

Santa Catarina no calor dos acontecimentos de abril

Diante do quadro institucional instaurado após a queda de João Goulart, parece ter havido um esforço por parte de alguns órgãos da imprensa catarinense para transparecer calma e tranquilidade perante a população, bem como aconselhá-la quanto a suposta existência de boatos exagerados sobre a situação política nacional. Tal feito pode ser visto no informe publicado no jornal *O Estado* no dia 2 de abril, assinado por Osvaldo Melo, redator responsável pela coluna intitulada Nossa Capital:



O que deve haver é calma e confiança e não se dar curso a boatos alarmantes. Em Florianópolis felizmente tudo corre em perfeita paz. Todos os estabelecimentos escolares estão funcionando normalmente. Comércio e indústria trabalhando sem impedimentos. O povo aguardando com calma, o desenrolar dos acontecimentos¹.

Com o fim do sistema parlamentarista em 1963, manobra política utilizada para impedir que João Goulart assumisse a presidência com plenos poderes, faz-se estrear um período no qual a polarização ideológica tornou-se mais explícita e as posições políticas mais acirradas. O anticomunismo desempenhou papel fundamental nesse contexto, sendo, para Rodrigo Patto Sá Motta, “‘cimento’ da mobilização antiGoulart”², posto que uniu setores heterogêneos. Não por acaso, após a deflagração do golpe deu-se início a uma série de medidas para extirpar a dita 'influência vermelha' da sociedade. Prisões, averiguações sumárias e inquéritos fizeram parte desse empenho 'saneador', recaindo até mesmo sobre pessoas cuja vinculação política com organizações de esquerda fosse apenas suposição. Santa Catarina não esteve alheia a esse contexto e as medidas tomadas nas semanas que se seguiram ao golpe certamente contrariaram o 'esforço tranquilizador' da imprensa catarinense.

Logo após a deflagração do movimento militar golpista, o V Distrito Naval (Florianópolis), o 14º Batalhão de Caçadores (Florianópolis), o 23º Regimento de Infantaria (Blumenau), a Bateria de Artilharia de Costa (São Francisco do Sul) e o 2º Batalhão Rodoviário (Lages) informaram a sua adesão³. Cabe destacar que algumas dessas unidades militares se mostraram ativas na primeira onda repressiva por meio de prisões, invasões de estabelecimentos considerados comunistas e condução de Inquérito Policial Militar (IPM).

Segundo Patrícia Zumblick Santos May, em sua dissertação de mestrado, o V Distrito Naval foi a unidade que mais se destacou em Florianópolis, sendo que o seu comandante, o contra-almirante Murilo Vasco do Vale e Silva, foi a “vedete do movimento de 1964, recebendo aclamações, homenagens, agradecimentos de todos os lados”⁴. De fato, o V Distrito Naval mostrou-se bastante proativo, conforme vemos nas diversas notas veiculadas na

1 MELO, Osvaldo. Nossa Capital. *O Estado*, Florianópolis, p. 2, 2 abr. 1964.

2 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 276.

3 MAIS adesões. *O Estado*, Florianópolis, p. 8, 2 abr. 1964.

4 MAY, Patrícia Zumblick Santos. *Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. p. 133.



Repressão e 'operação limpeza' em Santa Catarina no limiar da Ditadura Militar – Clarissa Grahl dos Santos

imprensa, no qual o seu comandante advertia constantemente à população que ninguém seria preso, portanto que não praticasse “atos atentatórios à ordem pública”⁵.

Já no interior do estado, mais precisamente na cidade de Blumenau, parece ter sido notável a presença de uma 'militância civil' disposta a agir por conta própria em prol da instituição da 'ordem'. Pouco após o golpe, foi formada nessa cidade uma força civil automeada Liga da Defesa Democrática, a qual reuniu autoridades locais empenhadas na prisão de comunistas. Esse grupo desempenhou um importante papel repressivo, sobretudo tendo em vista a ausência de grande parte do contingente militar do 23º Regimento de Infantaria, que havia se deslocado de Blumenau para combater focos 'subversivos' em outras regiões do estado⁶.

Nos primeiros dias de abril de 1964, também foram desencadeadas campanhas de busca e detenção em diversos lugares do território nacional. Essas operações de “varredura com pente-fino”, conforme designa Maria Helena Moreira Alves, tinham como objetivo “varrer' todos os que estivessem ligados ao governo anterior, a partidos políticos considerados comunistas ou altamente infiltrados por comunistas e a movimentos sociais do período anterior à 1964”⁷.

Devido ao grande contingente de pessoas que foram presas, diversos locais de detenção tiveram que ser improvisados por todo o Brasil. Em Florianópolis, o Quartel da Polícia Militar e a Penitenciária do Estado, segundo as fontes utilizadas para essa pesquisa, parecem ter sido os lugares que receberam o maior número de detidos durante os primeiros meses que se seguiram ao golpe⁸.

Salim Miguel, escritor de origem libanesa radicado no Brasil, traz em seu livro uma lista com 56 nomes de presos no Quartel da Polícia Militar, de acordo com as anotações de seu caderno⁹, sendo que ele próprio esteve retido nessa instituição. Ao narrar sua experiência

5 COMANDO do V. Distrito Naval. *O Estado*, Florianópolis, p.1, 9 abr. 1964.

6 FABRICIO, Edison Lucas. *A produção do espectro comunista: imprensa, política e catolicismo*. (Blumenau 1960 – 1964). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. p. 96-97.

7 ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: EDUSC, 2005. p. 72.

8 Das 61 pessoas que figuraram em processos da CEI, totalizando apenas aquelas em que se teve acesso à informações a esse respeito, 17 estiveram presas, sendo nove no Quartel da Polícia Militar e cinco na Penitenciária do Estado. Quanto às outras três pessoas, não há especificação do local da detenção. Cf.: Comissão Estadual de Investigação. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Fundo: Processos da Secretaria de Justiça (1950-1970/1978).

9 MIGUEL, Salim. *Primeiro de Abril: narrativas da cadeia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. p. 113 -114.



de 48 dias de prisão, Salim Miguel, que foi preso logo no dia 2 de abril, traz as seguintes impressões:

O alojamento é amplo, bem ventilado, em determinado momento, dentro de mais duas ou três semanas, vão nele se amontoar cerca de sessenta pessoas, vindas das mais diferentes regiões do estado, velhos e moços, letrados ou analfabetos, agitadores ou agiotas, com intensa participação política ou nenhuma, presos pelos mais estranhos motivos. Logo, num processo comum em tais circunstâncias, ali estão todos juntos, graças à denúncia de um desafeto ou de um anônimo, de um inimigo declarado ou de um parente, às vezes pelo que passou a ser considerado subversão da ordem instituída.¹⁰

A descrição apresentada por Salim Miguel elucida não só a abrangência em termos numéricos das primeiras medidas repressivas, mas também a extensão dessas a diversas pessoas. Dentre essas, muitas, talvez, não tivessem mesmo vinculação com atividades de cunho político ou então sequer imaginassem que poderiam vir a sofrer represálias por ações que, a partir desse momento, passaram a ser consideradas 'subversão da ordem instituída'. Pelos mais diversos motivos, todas essas pessoas eram agora 'inimigas internas', com todas as implicações políticas e sociais que essa denominação poderia acarretar em suas vidas.

O conceito de 'inimigo interno', que tão bem serviu para levar a cabo uma série de medidas repressivas e de desrespeito aos direitos humanos durante o período ditatorial, foi delineado no âmbito das Forças Armadas sobretudo por meio da Doutrina de Segurança Nacional. Segundo Joseph Comblin, a origem de tal corpo de ideias encontra-se no antagonismo leste-oeste da Guerra Fria e tem como característica o fato de desfazer a distinção entre política interna e política externa, tendo em vista que o mesmo 'inimigo', o comunismo, está tanto dentro quanto fora do país. Ao apagar também a distinção entre violência preventiva e violência repressiva, são legitimadas intervenções tanto “em casos de suspeita de um possível perigo, quanto em casos de delitos caracterizados”¹¹. Assim, ainda de acordo com essa doutrina, as fronteiras deixam de ser somente territoriais, passando a ser destacada um outro tipo de divisão, que requer ainda mais atenção: as fronteiras ideológicas.

Foi também nesse ambiente de posições acirradas, marcado pelo contexto da Guerra

10 Ibid., p. 18-19.

11 COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 15, 56, 57.



Fria, que as Forças Armadas passaram a se imbuir do papel de combate às esquerdas, em detrimento à Polícia Militar dos estados e à Polícia Federal, que seriam então consideradas despreparadas e pouco ágeis para tal função¹². Até mesmo os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), órgãos até então proeminentes da repressão política, tiveram os seus papéis paulatinamente reduzido ao longo do regime, embora continuassem com atuações destacadas em vários estados.

A 'militarização da repressão' também atingiu os órgãos da burocracia policial que até então tinham preponderância de civis. Em Santa Catarina, tal processo foi notável sobretudo na Secretaria de Segurança Pública, conforme pode-se ver na tabela que segue, pela qual se apresenta os Secretários de Segurança Pública entre 1964 e 1986 e suas respectivas formações:

Tabela 01 – Secretários de Segurança Pública (1964-1986)¹³

PERÍODO	SECRETÁRIO	FORMAÇÃO
[?] - 1964	Jade Saturnino Magalhães	Advogado
1964 - 1966	Danilo Klaes	Coronel do Exército
1966 - 1971	Paulo Gonçalves Weber Vieira da Rosa	General do Exército
1971 - 1973	Delson Lanter Peret Antunes	Tenente Coronel do Exército
1973 - 1975	Paulo Mello Mendes de Carvalho	Coronel do Exército
1975 - 1983	Ary Pereira Oliveira	Tenente Coronel do Exército
1983 - 1986	Heitor Luiz Sché	Delegado de Polícia

Fonte: GENOVEZ, Felipe. História da Segurança Pública no Estado de Santa Catarina: Chefes de Polícia – Secretários de Segurança Pública. Disponível em

12 D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 24-25.

13 Entre os anos de 1970 a 1983 a Secretaria de Segurança Pública passou a denominar-se Secretaria de Segurança e Informações.



Repressão e 'operação limpeza' em Santa Catarina no limiar da Ditadura Militar – Clarissa Grahl dos Santos

<<http://www.webartigos.com/artigos/historia-da-seguranca-publica-no-estado-de-santa-catarina-chefes-de-policia-secretarios-de-seguranca-publica/67550/#ixzz24H6Dhb29>> Acesso em 28 de agosto de 2012.

O amplo processo de militarização da sociedade brasileira pós 1964 não deve ser entendido somente como a ocupação de militares em cargos estratégicos dentro da administração da segurança pública. Muito mais do que mera presença física, tratava-se também da possibilidade de realização das doutrinas defendidas por esses, bem como da transferência de valores castrenses à administração pública¹⁴.

Nesse sentido, torna-se ilustrativa a declaração do governador Celso Ramos, quando da substituição do civil Jade Magalhães pelo coronel Danilo Klaes na Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, em maio de 1964, a qual evidencia a importância especial atribuída a um militar nesse cargo:

Já agora no período de reconstituição dos quadros políticos e administrativos do País, conforta-me contar com a colaboração de V. Exa., senhor Coronel, que traz consigo a experiência da caserna e a vivacidade própria dos homens que moldaram o caráter no exemplo de Caxias [...] Espero de V. Exa., senhor Coronel, o que todos os catarinense esperam: que a sua experiência e firmeza de militar, o seu senso de justiça e o seu amor à democracia e à liberdade colaborem para que a nossa Pátria, já agora caminhando para os verdadeiros rumos da sua destinação histórica, não mais seja ameaçada por atitudes estranhas à nossa formação cristã e democrática.¹⁵

Assim, corroborava-se com a ideia de que os militares eram essenciais para o momento de 'reconstituição' pelo qual se passava o país. A designação desses para cargos estratégicos dentro do governo, como a própria segurança pública, era assim ressaltada como a única forma de impedir que a 'Pátria' fosse ameaçada por atitudes que iriam contra a 'formação cristã e democrática' dos brasileiros, ou seja, impedir o avanço do comunismo.

É importante ter em mente que muitos dos militares que ocuparam posição de chefia eram bem relacionados com a elite política e econômica local, contribuindo, dessa forma, para

14 MATHIAS, Suzeley Kalil, 2004 apud BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3o andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. p. 71.

15 NOVO titular na pasta de Segurança Pública. *O Estado*, Florianópolis, p.8, 19 mai. 1964.



Repressão e 'operação limpeza' em Santa Catarina no limiar da Ditadura Militar – Clarissa Grahl dos Santos

que pudessem “traçar suas estratégias com maior eficiência”¹⁶. A notícia acerca do jantar oferecido em homenagem ao contra-almirante Murilo Vasco do Valle e Silva é elucidativa desta questão, na qual se transparece o vínculo entre governo, militares e a elite local:

A SOCIEDADE catarinense, na noite de sexta-feira, no Lira T.C, prestou uma significativa homenagem ao Comandante do 5.o Distrito Naval e Senhora Almirante Murillo Vasco do Vale Silva. O grande jantar foi com mais de seissentos [sic.] talheres e contou com as mais altas autoridades civis, militares, eclesiásticas de Santa Catarina. O orador oficial foi o General Paulo Vieira da Rosa, saudando o homenageado. Agradeceu ao Almirante Murillo, encerrando o Governador Celso Ramos, usando da Palavra. [...] A Senhora Edith Gama Ramos, entregou um bonito bouquet de rosas a Senhora Almirante Murillo Vasco do Valle e Silva, uma homenagem da mulher catarinense¹⁷.

No tocante às 'autoridades civis e militares' presentes, cabe aqui fazer algumas menções. Hilda do Valle e Silva, esposa do comandante Murilo do Valle e Silva, era uma das participantes da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)¹⁸ de Florianópolis, assim como Edith Gama Ramos, esposa do governador do estado¹⁹, a qual entregou um bouquet de rosas à primeira, em uma 'homenagem da mulher catarinense'. O general Paulo Viera da Rosa, por sua vez, já mostrava sua predisposição golpista desde 1961 quando, juntamente com o coronel Sílvio Pinto da Luz, aderiu ao movimento militar que tentou impedir a posse de Goulart, insubordinando-se contra o III Exército²⁰.

Ao longo de 1964, diversas comissões investigativas já estavam atuando em Santa Catarina, evidenciado que o estado estava afinado com as medidas repressivas que se seguiram ao golpe. Entre as comissões, destacam-se: a Comissão Especial da Assembleia Legislativa²¹; a Comissão de Averiguação Sumária, sob orientação do V Distrito Naval; as comissões responsáveis pelos IPMs, funcionando em vários pontos do estado (capital, região

16 MAY, Patrícia Zumblick Santos. Op. Cit., p. 132.

17 BARTOLOMEU, Lázaro. Radar na sociedade. *O Estado*, Florianópolis, p.4, 17 mai. 1964.

18 Movimento feminino católico conservador criado na cidade de Rio de Janeiro em 1962, que rapidamente se espalhou para outros estados. Em diversos lugares, a CAMDE foi a organizadora da Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

19 MAY, Patrícia Zumblick Santos. Op. Cit., p. 130-132.

20 Ibid., p. 109.

21 SANTA CATARINA. *Resolução n° 67.64*, de 11 de maio de 1964. Diário Oficial: Estado de Santa Catarina. (Acervo: BPSC).



Repressão e 'operação limpeza' em Santa Catarina no limiar da Ditadura Militar – Clarissa Grahl dos Santos

sul, região norte, região serrana e oeste), a cargo do Exército; a Comissão de Inquérito da Universidade de Santa Catarina, para fins de expurgos no corpo docente e discente; e, por fim, a Comissão Estadual de Investigação, responsável pela averiguação de servidores públicos²². É essa última instituição, seu funcionamento e os alvos de seus processos, que abordaremos agora.

Ato Institucional e 'operação limpeza': os processos da Comissão Estadual de Investigação

O Ato Institucional publicado no dia 9 de abril de 1964, que passou a ser conhecido após o decreto de outros como AI-1, buscou estabelecer as margens do poder executivo, bem como operacionalizar as primeiras medidas punitivas que se seguiram ao golpe. No conjunto de seus artigos, o ato limitou os poderes do Congresso Nacional e fortaleceu o poder executivo. Além disso, o mesmo decretou outras medidas que atingiram diretamente os direitos individuais, como a suspensão por seis meses das garantias constitucionais e legais de vitaliciedade e estabilidade²³, o que facilitou os expurgos na burocracia do Estado.

Ao permitir cassações e demissões, o AI deixou o caminho aberto para a 'operação limpeza'. Segundo Alves, o conjunto de medidas que se convencionou chamar de 'operação limpeza' visava dar ao Estado o controle sobre áreas políticas, militares e psicossociais²⁴, buscando assim eliminar os focos de oposição ao regime em diversos setores. Por meio dessas medidas, além da intervenção em sindicatos e universidades, mandatos parlamentares e executivos foram cassados, funcionários públicos foram demitidos ou aposentados e militares

22 GOVERNADOR Catarinense e Comandante do 5º DN falam ao “Correio do Povo”. *O Estado*. Florianópolis, p. 8, 22 mai. 1964.

23 O Ato Institucional, em seu 7º artigo, suspendia por seis meses as garantias constitucionais e legais de vitaliciedade e estabilidade, permitindo que dentro desse prazo os titulares dessas garantias pudessem ser demitidos, aposentados, dispensados, postos em disponibilidade, transferidos para reserva ou reformados mediante investigação sumária. Cf.: BRASIL. *Ato Institucional nº 1*, de 9 de abril de 1964. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufri.br/legislacao_res.php?ncat=2> Acesso em: 18 mar. 2012.

24 A autora insere a 'operação limpeza' dentro dos pressupostos da Grande Estratégia da Doutrina de Segurança Nacional, formulada ainda na década de 1950 pelo General Golbery do Couto Silva e reiterada cerca de vinte anos depois pelo Manual Básico da Escola Superior de Guerra. Dessa forma, a 'estratégia política' dizia respeito à vigilância e controle dos partidos políticos, do Legislativo, do Judiciário e do Executivo; a 'estratégia militar' era voltada sobretudo aos oficiais com poder de influência ou comando sobre as tropas; e, por último, a 'estratégia psicossocial' concentrava-se nos movimentos sociais que haviam se fortalecido nos anos anteriores ao golpe, visando sobretudo as universidades, sindicatos e Ligas Camponesas. ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit., p. 68, 74, 77.



foram postos na reserva. Era esse o início de uma longa lista de pessoas atingidas por medidas repressivas do Estado²⁵.

Santa Catarina não ficou incólume às determinações do AI, sendo que já no dia 13 de abril de 1964 foi constituída no estado uma Comissão Estadual de Investigação. Institucionalmente a CEI foi vinculada à Secretaria do Estado dos Negócios do Interior e Justiça, com sede em Florianópolis, e composta por cinco membros, os quais: Deputado Mário Tavares da Cunha Mello (Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Justiça), designado como presidente do órgão; Dr. Rubens Mortitz da Costa (Procurador Geral do Estado); professor Milton Leite da Costa (Ministro do Tribunal de Contas); professor Paulo Henrique Blasi (Consultor Jurídico do Estado); Dr. Mário Mafra (Assessor Jurídico). Com funções instrutivas e opinativas, já que a decisão final caberia ao governador do estado, a CEI deveria proceder, em âmbito estadual, as investigações visando à aplicação do Artigo 7 do AI, sendo então de sua alçada os servidores públicos estaduais que por ventura fossem “responsáveis por atos atentatórios à segurança do país, ao regime democrático e probidade administrativa pública”²⁶. Quanto aos servidores públicos municipais, a Comissão deveria emitir parecer às investigações procedidas pelas autoridades locais²⁷.

Para levar a cabo e facilitar as suas investigações, foi de grande importância o relacionamento da CEI com uma cadeia de instituições com atribuições congêneres ou munidas de informações sobre as atividades políticas de diversas pessoas, tais como o DOPS e os IPMs realizados em diversos comandos das Forças Armadas.

Muito mais, no entanto, do que a oportunidade de trocar informações e facilitar as diligências, a vinculação da CEI com esses órgãos expressou a formação de uma rede local convergente em relação aos propósitos de 'limpeza' e 'saneamento' da sociedade brasileira, buscando 'varrer' em diversas instituições qualquer oposição ao novo regime. Os expurgos na burocracia civil se constituíam, assim, como elemento fundamental da 'operação limpeza',

25 Segundo dados do livro *Que Brasil é este? Manual de indicadores políticos e sociais*, entre de 1964 a 1973, houve 4.871 punições políticas no país (cassações, demissões, aposentadorias, etc), sendo que dessas, 2.990 ocorreram no primeiro ano da ditadura. Cf.: SANTOS, Wanderley Guilherme dos, 1990 apud D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. Op. Cit., p. 28.

26 BRASIL. *Ato Institucional nº 1*, de 9 de abril de 1964. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufsc.br/legislacao_res.php?ncat=2> Acesso em: 18 mar. 2012.

27 SANTA CATARINA. *Decreto nº 1.412*, de 13 de abril de 1964. Diário Oficial: Estado de Santa Catarina (Acervo: BPSC) e *Regimento interno da Comissão instituída pelo Decreto N. S. J. - 13-04-64/1.412*, 27 de abril de 1964. Diário Oficial: Estado de Santa Catarina (Acervo: BPSC).



pois ao eliminar os focos de oposição no Governo, tornava-se possível abrir espaço para pessoas mais estreitamente identificadas com o novo regime. Outro ponto importante dessa medida foi o medo e a insegurança que as investigações proporcionavam, fazendo com que o 'efeito demonstrativo' neutralizasse ainda mais a oposição²⁸.

Durante a pesquisa, foram localizados 48 processos, envolvendo 61 pessoas, todas investigadas pela CEI entre abril a outubro de 1964, quando se encerrava o prazo para a aplicação das punições a servidores públicos de acordo com o Ato Institucional.

Quanto às principais motivações que desencadearam as diligências, destacam-se as contidas na tabela abaixo. Deve-se ponderar, contudo, que tal divisão teve o intento de expor o conteúdo de forma mais clara, sendo que, evidentemente, em muitos casos as motivações se entrecruzaram, fazendo com que a soma dessas fosse maior que o número de investigados:

Tabela 02 – Motivações dos processos da Comissão Estadual de Investigação

MOTIVAÇÃO	NÚMERO DE PESSOAS
Vinculação com o PCB	36
Vinculação com o PTB e/ou Grupo dos Onze	07
Propaganda 'subversiva'	12
Movimento estudantil e sindical	04
Denúncias pessoais	05
Improbidade administrativa	04

Fonte: Comissão Estadual de Investigação. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Fundo: Processos da Secretaria de Justiça (1950-1970/1978)

Cabe destacar que, dentro dessa divisão, está uma série de pessoas que foram investigadas por motivos que, por si só, não necessariamente denunciavam participação em atividades de caráter político, como a assinatura de abaixo-assinado pela legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Outras pessoas, por exemplo, foram investigadas por participação no PCB enquanto o mesmo tinha seu registro legal, entre 1945 e 1947. Nesse sentido, cabe destacar que “dentro um quadro vislumbrado como uma guerra interna – na qual

28 ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit., p. 76.



Repressão e 'operação limpeza' em Santa Catarina no limiar da Ditadura Militar – Clarissa Grahl dos Santos

o inimigo vive 'infiltrado' no seio da população – a margem da suspeita tendia a ser ampliada, acompanhando o incremento da noção de perigo”²⁹. Assim, as investigações poderiam recair sobre qualquer pessoa que, de alguma forma, pudesse ser considerada um 'subversivo em potencial'. Ou seja, na dúvida era preferível abrir um inquérito, nem que fosse para concluir que o ocorrido que motivou as diligências “não significa, por si só, ato atentatório à segurança do país e às instituições democráticas”³⁰, como também foi constante em vários processos.

No que diz respeito ao perfil dos indiciados, o primeiro ponto que chama a atenção é o fato de não haver uma única mulher entre as vítimas dos processos da CEI que foram localizados. Nesse sentido, cabe atentar para as considerações feitas por Marcelo Ridenti acerca da participação relativamente pouco expressiva que as mulheres normalmente representavam na política e sociedade até a década de 1960, sendo que a presença pública dessas somente era aceita quando reafirmava papéis tradicionais de mãe, esposa e dona-de-casa, tal qual foi visto no exemplo das Marchas da Família com Deus pela Liberdade³¹. Dessa forma, podemos levantar a hipótese de que, assim como havia de fato uma participação menor de mulheres em matéria de política, sobretudo no tocante aos partidos políticos tradicionais, as mesmas também poderiam despertar menos suspeitas de órgãos de averiguação, como a CEI, na medida em que essa provavelmente reiterava esses mesmos papéis.

Quanto à distribuição dos processos pelo estado, pode-se ter acesso à residência de 49 dos 61 indiciados, dispostos conforme a tabela:

Tabela 03 – distribuição dos processos pelo estado

REGIÃO (MUNICÍPIOS ONDE HOUE INDICIADOS)	NÚMERO DE PESSOAS
Grande Florianópolis (Florianópolis)	28
Serra (Curitibanos, Lages, Otacílio Costa, Ponte Alta do Sul)	06
Vale do Itajaí (Barra Velha, Blumenau, Indaial, Itajaí, Rodeio)	06
Sul (Araranguá, Criciúma, Laguna)	04

29 JOFFILY, Mariana. A margem de suspeita. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. p. 1-12, São Paulo, 2011. p.4.

30 *Parecer n° 48 (CEI)*. Comissão Estadual de Investigação. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Fundo: Processos da Secretaria de Justiça (1950-1970/1978). Processo 44, 1964, Pasta 428.

31 RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. In: *Tempo Social*, v1, p. 113-128, São Paulo, 1990. p. 113.



Norte (Joinville, Mafra)	03
Oeste (Chapecó, São Lourenço do Oeste)	02

Fonte: Comissão Estadual de Investigação. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Fundo: Processos da Secretaria de Justiça (1950-1970/1978).

Pode-se perceber então, que apesar de existirem investigações referentes a todas as regiões de Santa Catarina, a maior concentração se deu na Grande Florianópolis. Não obstante Florianópolis ser a capital do estado, ela não era, e ainda não é, a maior cidade de Santa Catarina. Localizada em uma ilha, a cidade só tinha, à época, ligação com o continente através da ponte Hercílio Luz. Ademais, nunca se constituiu como um polo industrial, sendo que sua economia era baseada sobretudo no setor terciário. No entanto, justamente por ter o estatuto de capital, Florianópolis possui grande concentração de funcionários públicos ocupando cargos na administração estadual. Esse fator, assim como a sede da CEI ser localizada nessa mesma cidade³², possivelmente justificam a grande quantidade de pessoas investigadas. Quanto ao restante do estado, não houve concentração de indiciados em nenhuma região. Pode-se, contudo, destacar a ocorrência de um certo predomínio de motivações específicas para as investigações em algumas partes de Santa Catarina. Assim, tanto na região serrana quanto no Oeste, a maioria das pessoas indiciadas o foi por acusações de vinculação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ou com comandos nacionalistas. Já na região Sul e no Vale do Itajaí, a maior porcentagem coube ao PCB. Embora seja uma informação pouco conclusiva, é importante levar em conta determinados traços políticos dessas regiões, os quais talvez possam ter influenciado em tal concentração. Dessa forma, cabe ressaltar que tanto a serra catarinense quanto o Oeste são regiões próximas territorialmente e culturalmente do Rio Grande do Sul e, por isso mesmo, tiveram maior contato com as ideias nacionalistas de Brizola. Já o Sul do estado, por sua vez, principalmente devido à forte tradição sindical, foi uma região na qual o PCB teve maior facilidade em penetrar e, embora a mesma assertiva não se aplique ao caso do Vale do Itajaí, região com forte influência alemã e que contou com a presença ativa do integralismo, cabe destacar que a década de 1960 marcou o período de organização dos comunistas em Blumenau, o que gerou fortes reações anticomunista na

³² As reuniões da CEI eram realizadas no 2º andar do Edifício das Secretarias, na rua Tenente Silveira (centro da capital), juntamente ao gabinete do Secretário do Interior e Justiça.



Repressão e 'operação limpeza' em Santa Catarina no limiar da Ditadura Militar – Clarissa Grahl dos Santos cidade³³.

No tocante à faixa etária, destaca-se que mesmo que as investigações da CEI tenham recaído sobre pessoas com idades variadas, abrangendo desde os 19 até os 68 anos, a maioria dos casos envolveu indivíduos com 40 anos ou mais. Dessa forma, tratavam-se, em grande parte, de pessoas que tinham entre 20 e 35 anos no período da redemocratização de 1945 e acompanharam, portanto, a criação de novos partidos e a reestruturação e ascenso do PCB em âmbito nacional. Essa consideração se faz importante sobretudo devido ao fato de diversas investigações da CEI terem recaído sobre aqueles cuja participação política se desenvolveu no final da década de 1940 e início de 1950. Também se deve levar em conta que tratavam-se, em grande parte dos casos, de pessoas de meia idade que, possivelmente, teriam dificuldades para conseguir outro emprego caso fossem demitidos.

A carência de alguns dados pessoais nos processos da CEI dificultou traçar um perfil social dos indiciados, já que os mesmos não contém informações sobre o grau de escolaridade e tampouco a profissão dos pais é citada. No entanto, no que diz respeito às profissões dos envolvidos em processos, cabe destacar que elas são bem variadas, abrangendo tanto funcionários públicos ocupantes de cargos administrativos, quanto aqueles dedicados ao ensino e também a prestação de serviços. Destaca-se, ainda, que não parece ter havido uma porcentagem muito maior das profissões que teoricamente necessitam de uma especialização formal (professor, datiloscopista, vacinador, topógrafo, serventuário de justiça, entre outras), em relação àquelas em que provavelmente esse tipo de formação não era necessária (mecânico, auxiliar de escritório, pedreiro, leiturista-cobrador, etc).

Considerações finais

Em meados de outubro de 1964 encerrou-se as atividades da CEI e findou-se assim os processos relativos a servidores públicos. No entanto, esse havia sido apenas o início da repressão política desencadeada pela ditadura.

Dos 56 casos em que tivemos acesso ao parecer final, oito foram inclusos nas sanções do AI, aplicando-se medidas diversas, como rescisão de contrato, disponibilidade, aposentaria

33 FABRICIO, Edison Lucas. Op.Cit. p. 45-52.



e passagem para a reserva. Somam-se, assim, um pouco menos que 15% os que foram considerados culpados, se contabilizarmos somente os processos que estão completos. Embora seja uma porcentagem relativamente baixa, não se pode deixar de dar a devida importância a esses processos, pois eles contém marcas de um período de arbitrariedade, no qual medo e insegurança eram sentimentos cotidianos para muitos. Assim, seria errôneo ignorar que diversas pessoas, mesmo aquelas que foram inocentadas, tiveram suas vidas investigadas e seus empregos questionados, tendo que se submeter a interrogatórios e a processos que poderiam levar meses para serem concluídos.

Na lista de pessoas que foram investigadas pela CEI, raras são as que, por um motivo ou outro, acabaram por se tornar conhecidas em Santa Catarina. Tratam-se, a maioria, de 'pessoas comuns' que partilharam a experiência de terem suas vidas investigadas e seus empregos questionados através dos dispositivos do AI, quando não presas e vítimas de IPMs. É bem provável que para muitos desses trabalhadores assalariados a repressão política tenha sido algo novo, embora um bom número já tivesse suas atividades devidamente fichadas pelo DOPS há uma ou mais décadas. Essas pessoas, contudo, figuraram, juntamente a tantas mais, como os primeiros alvos das políticas coercitivas do novo regime. Assim, estender as análises sobre a ditadura a locais, grupos sociais e períodos pouco trabalhados é de suma importância para que se possa construir uma dimensão maior do caráter violento da mesma.

Fontes

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. *Comissão Estadual de Investigação*. Fundo: Processos da Secretaria de Justiça (1950-1970/1978). Processos: 01; 03; 5A; 06; 07; 11; 12; 15; 16; 17; 18; 19; 20; 21; 22; 23; 24; 26; 27; 28; 29; 30; 31; 32; 33; 34; 35; 36; 37; 38; 39; 40; 41; 42; 44; 45; 46; 47; 48; 49; 50; 51; 52; 53; 55; SN; SN; SN.

Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*. (dias: 13/04/1964, 27/04/1964 e 11/05/1964).

Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. *Jornal O Estado*, Florianópolis/SC. (dias: 02/04/1964, 09/04/1964, 17/05/1964, 19/05/1964 e 22/05/1964).

Grupo de Estudos sobre a Ditadura – GEDM/UFRJ. *Atos Institucionais*. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/legislacao_res.php?ncat=2> Acesso: 08 de maio de 2012. (Ato



Institucional nº 1).

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: EDUSC, 2005.

BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3o andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FABRICIO, Edison Lucas. *A produção do espectro comunista: imprensa, política e catolicismo. (Blumenau 1960 – 1964)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

GENOVEZ, Felipe. *História da Segurança Pública no Estado de Santa Catarina: Chefes de Polícia-Secretários de Segurança Pública*. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/historia-da-seguranca-publica-no-estado-de-santa-catarina-chefes-de-policia-secretarios-de-seguranca-publica/67550/#ixzz24H6Dhb29>> Acesso em 28 de agosto de 2012.

JOFFILY, Mariana. A margem de suspeita. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, p. 1-12, São Paulo, 2011.

MAY, Patrícia Zumblick Santos. *Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)*. 1998. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

MIGUEL, Salim. *Primeiro de Abril: Narrativas da Cadeia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. In: *Tempo Social*, v1, p. 113-128, São Paulo, 1990.



Recebido em 26 de junho de 2013

Aceito para publicação em 31 de março de 2015

